



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

28/08/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CNJ.....	1
1.2. DECISÕES.....	2
1.3. JUÍZES.....	3
1.4. TJ-MA 200 ANOS.....	4
1.5. TURMAS RECURSAIS.....	5
1.6. VARAS CRIMINAIS.....	6
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CNJ.....	7 - 8
2.2. JUÍZES.....	9
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. DECISÕES.....	10
3.2. JUÍZES.....	11
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CNJ.....	12
4.2. COMARCAS.....	13
4.3. DECISÕES.....	14 - 15
4.4. DESEMBARGADORES.....	16
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CNJ.....	17
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	18 - 19
6.2. SEM ASSUNTO.....	20 - 21
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CNJ.....	22 - 23
7.2. DECISÕES.....	24 - 25
7.3. JUÍZES.....	26 - 27
7.4. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	28
7.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	29 - 30

TJMA discute aplicação de medidas socioeducativas com o CNJ

A adoção de providências quanto à precariedade das unidades de atendimento socioeducativo para adolescentes no Estado foi o principal assunto da reunião entre os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, Froz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA, e o conselheiro do CNJ, Guilherme Calmon.

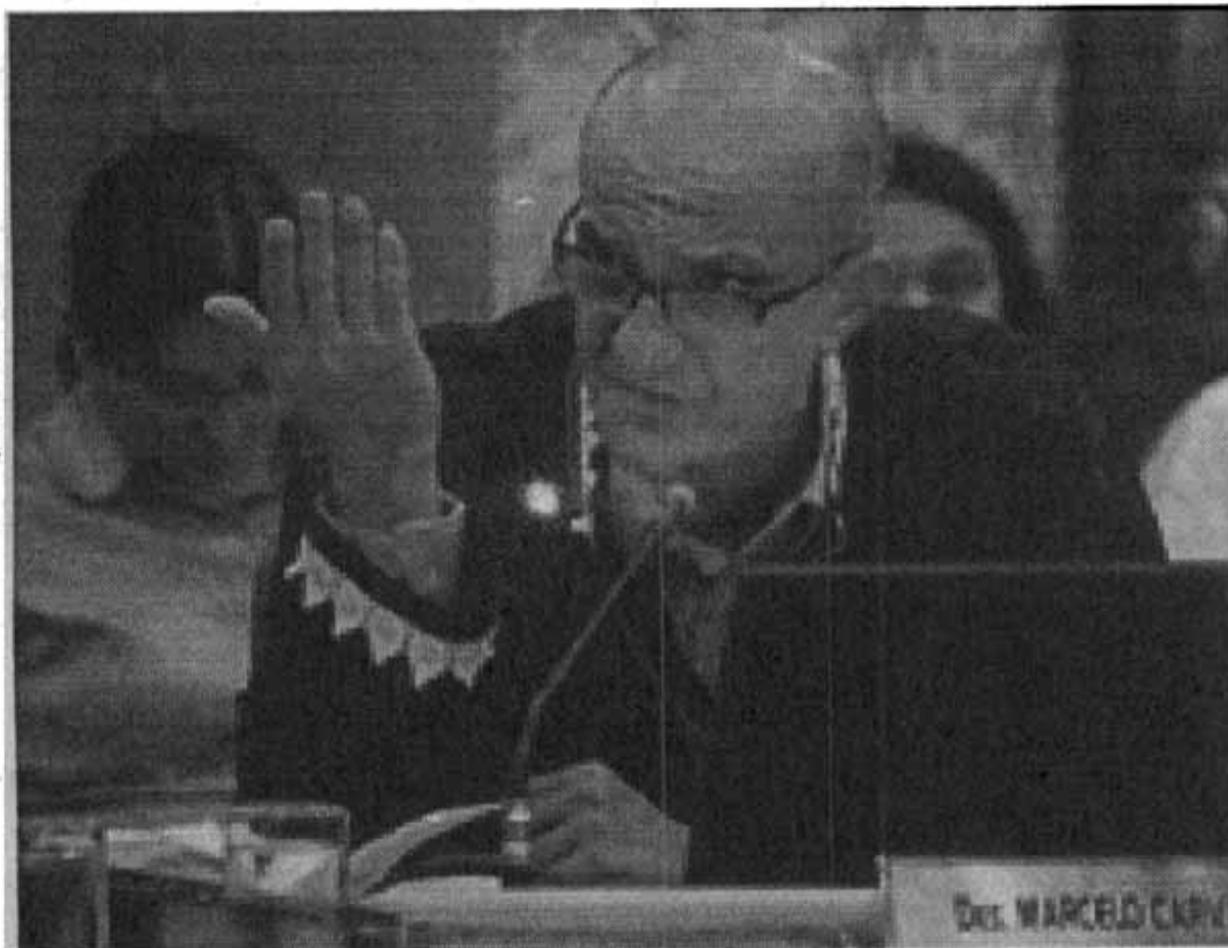
A inadequação das unidades às disposições legais contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Lei n. 12.594/12) foi discutida também no encontro, que contou com a participação dos juízes Douglas Melo Martins, Gervásio Santos, presidente da Associação dos Magistrados, e José Costa, juiz da 2ª Vara da Infância.

Calmon destacou a necessidade de integração entre os Poderes para solucionar os problemas relacionados à implantação das medidas socioeducativas no Estado. Segundo ele, é preciso que, além do Executivo, outras instituições comecem a caminhar com o Judiciário nessa tarefa.

“O objetivo do CNJ é estreitar os laços e estabelecer cada vez mais vínculos com o Judiciário maranhense, no sentido de apoiar a implementação de políticas públicas voltadas à ressocialização dos menores em conflito com a lei”, ressaltou.

O desembargador Guerreiro Júnior, por sua vez, disse que o Judiciário do Maranhão desenvolve um trabalho alinhado com as diretrizes do CNJ, com ações e projetos contundentes, sendo o único do país a manter uma Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) com estrutura física e equipe especializada e atuante.

MUNICÍPIO DEVE RESSARCIR PROPRIETÁRIA POR ALAGAMENTO DE CASA



O Município de Presidente Dutra terá que pagar indenização de R\$ 30 mil, por danos morais, a uma moradora do bairro Campos Dantas, que teve sua casa inundada no inverno de 2008, com a destruição de seus pertences. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que reformou sentença da Justiça de 1º grau.

A moradora ajuizou a ação indenizatória narrando que, durante cinco dias do mês de fevereiro de 2008, teve sua casa e seu salão de beleza inundados em razão de enchente e transbordamento dos canais de passagem de água, causando a destruição de móveis e equipamentos. Segundo ela, o nível da água alcançou 1,5 metros de altura, expulsando os moradores de suas casas e causando transtornos morais e sociais.

JUIZ RENOVA PORTARIA SOBRE SAÍDA TEMPORÁRIA DE PRESOS

O juiz Carlos Roberto de Oliveira Paula, que está respondendo pela 1ª Vara de Execuções Penais de São Luis, renovou a Portaria que autoriza a saída temporária de presos que estão enquadrados no regime semiaberto. De acordo com o magistrado, nas penitenciárias do Estado são cerca de 350 apenados nesse regime.

DOCUMENTÁRIO SOBRE OS 200 ANOS DO TJMA É EXIBIDO NO PORTAL DO JUDICIÁRIO

Já está disponível na internet, para visualização por magistrados, servidores e público em geral, o documentário sobre os 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O vídeo foi exibido para os convidados da solenidade de lançamento do selo e do carimbo postais comemorativos em 13 de agosto, no auditório do Tribunal.

TURMA RECURSAL DE IMPERATRIZ: SESSÃO JULGA 341 PROCESSOS

Em sessão realizada no último dia 21, a Turma Recursal de Imperatriz julgou 341 processos, todos referentes a ações de cobrança de seguro DPVAT. A reunião contou com a presença do juiz Genivaldo Silva, presidente da Turma, e dos juízes Adolfo Pires e Ana Beatriz Jorge Maia (membros).

BACURI: JÚRI DE ACUSADO DE HOMICÍDIO É ADIADO

Foi adiado para o dia 11 de setembro, às 8h30, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bacuri, júri designado para o dia 21 de agosto no qual sentaria no banco de réus Edvaldo Silva, acusado do homicídio de Valdemilson Borges, vulgo "Zé". O adiamento se deu em virtude da morte do pai do advogado do réu, João José da Silva, que requereu a mudança da data do julgamento. O juiz da comarca, Marcelo Santana Farias, atendeu à solicitação.

CNJ e CGJ-MA comandam reunião sobre medidas socioeducativas no MA

PÁGINA 3

CNJ e CGJ-MA comandam reunião sobre medidas socioeducativas no MA

No fim da manhã de ontem (27), foi realizada, na Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, uma reunião com diversos representantes de instituições envolvidas na questão das medidas socioeducativas para crianças e adolescentes em conflito com a lei. O encontro foi convocado pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da CGJ-MA.

Com cerca de duas horas e meia de duração, a reunião, no gabinete do corregedor-geral Cleones Cunha, foi uma oportunidade para representantes do Poder Judiciário, Poder Executivo e outros atores que estão envolvidos na questão apresentarem os problemas e o andamento de ações voltadas para melhoria do sistema de atendimento às crianças e adolescentes em conflito com a lei.

"Havendo boa vontade, como o Poder Judiciário já demonstrou que tem, com boa vontade do Poder Executivo, do Ministério Público, da Defensoria Pública e outras organizações diretamente envolvidas, nós temos sim condições de construir um modelo muito melhor do que temos evidenciado agora", destacou o conselheiro do CNJ, Guilherme Calmon Nogueira da Gama, no início da reunião. Com ele, representando o CNJ, vieram os juízes auxiliares da Presidência do CNJ Marina Gurgel da Costa, Márcio da Silva Alexandre e Douglas de Melo Martins (que é juiz auxiliar de São Luis à disposição do CNJ).

Com falas dos participantes da reunião, o CNJ e a CGJ-MA constataram que os avanços em relação à rede de atendimento às crianças e adolescentes do Maranhão em conflito com a lei estão andando lentamente.

Ainda em 2012, após reuniões mediadas pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, com juízes auxiliares do CNJ à época - Luciano Lossekann, Cristiana Cordeiro e Joelci Diniz, e o Poder Executivo, representado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Secretaria de Segurança Pública, foi elaborado um Termo de Compromisso, por sugestão do CNJ, para implantação de medidas na área do sistema prisional e área da infância e juventude. O documento foi protocolado no Governo do Estado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em parceria com o Ministério Público e Defensoria Pública, mas nunca houve resposta do Poder Executivo, como confirmaram os juízes auxiliares do CNJ.

AÇÕES - Reformas de unidades de internação, construção de unidades de internação e semiliberdade, regionalização das unidades, concurso para profissionais atuarem nessas unidades, assistência educacional, médica e odontológica foram alguns dos pontos presentes

no Termo de Compromisso e que foram novamente tratados na reunião.

A secretária de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luisa Oliveira, juntamente com Anaíde Everton Serra, presidente da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), apresentaram um panorama sobre a atual situação das unidades e ações voltadas para as crianças e adolescentes em conflito com a lei.

De acordo com Luisa Oliveira, diversos foram os entraves que não permitiram com que as unidades fossem reformadas e as novas unidades construídas. "Dependemos de outras pastas do governo, que têm que estar envolvidas na articulação, diante dos valores, bem como da parte de engenharia e projetos. Tivemos problemas sérios com profissionais que estavam trabalhando com a gente na execução dos projetos básicos, que estão sendo corrigidos; precisamos fazer as licitações com os projetos corretos. Isso tudo frente a um volume de trabalho muito grande, de 21 anos de demanda reprimida", comentou a secretária.

Segundo os dados apresentados, também pela presidente da FUNAC, são sete unidades de execução de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade no Maranhão: quatro em São Luís - Centro da Juventude Alto da Esperança, Centro Juventude Florescer, Centro da Juventude Canaã e

Centro da Juventude Nova Jerusalém -, um em São José de Ribamar - Centro da Juventude Esperança (interditada e desativada) - e duas em Imperatriz (Centro da Juventude Semear e Centro da Juventude Cidadã). "Ao longo dos anos nunca houve manutenção das unidades e por isso elas se encontram no estado precário", declarou Luisa Oliveira.

"Nenhuma das unidades, de fato, possui a estrutura adequada como orienta a legislação atual", confirma Anaíde Everton Serra. Segundo ela, já está publicada a data de licitação para as reformas de ampliação e adequação das unidades Centro de Juventude Florescer (feminina) e Centro de Juventude Canaã, que ocorrerá nos dias 16 e 17 de setembro. Até 30 de setembro, de acordo com a presidente da FUNAC, estão sendo finalizados os ajustes nos projetos de construção de uma nova unidade de cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade em Imperatriz, cujo valor de R\$ 2 milhões já está disponível, mas cujo custo total deve chegar a R\$ 10 milhões.

Juiz decreta remoção de presos e interdita a delegacia de Arari

Em decisão datada de segunda-feira (26), o titular da Comarca de Arari, juiz Gladiston Luis Nascimento Cutrim, decretou a interdição do prédio da Delegacia de Polícia do município. Na decisão, o magistrado determina ainda que o Estado providencie a remoção de todos os presos da unidade - os definitivos devem ser remanejados para Pedrinhas e os provisórios, de acordo com a disponibilidade do sistema prisional. Também devem ser iniciados, de imediato, os serviços emergenciais de reparos na sede da Delegacia, reza a decisão. A multa diária para o não cumprimento da determinação é de R\$ 5.000 (cinco mil reais).

A decisão atende à Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer com pedido de liminar interposta pelo Ministério Público Estadual em desfavor do Estado do Maranhão. De acordo com a ação, quando de visita à Delegacia, a representante Ministerial constatou as precárias condições físicas e sanitárias, superlotação, falta de equipamentos de segurança, insalubridade, e falta de higiene no estabelecimento.

MONÇÃO

Polícia volta a realizar reintegração em área invadida

A Justiça e a Polícia Militar realizaram, na terça-feira (27), mais uma reintegração de posse da propriedade do ex-candidato a prefeito do município, Jesiel Araújo, invadida, pela segunda vez, provavelmente a mando do prefeito João de Fátima Pereira, o "Queiroz", na semana passada. A vítima ingressou, na Justiça, com nova Ação de Integração de Posse para reaver o imóvel que teria sido ocupado, novamente, por pessoas ligadas ao chefe do Executivo.

"Quando a Polícia saiu do local onde foi feita a invasão, pela primeira vez, novamente, com fortes suspeitas de estímulo político, foi invadida a residência do professor Jesiel na semana passada. E o mais estranho é que os invasores ficaram próximo do terreno e o tempo todo foram abastecidos de comida, bebida e advogados para dar assistência", relatou o deputado.

Segundo Othelino Neto, os cidadãos e cidadãs de Monção estão incomodados com essa turbulência. E o mais grave, de acordo com o parlamentar, é que quem deveria estar zelando pela ordem no município e tranquilidade pode estar estimulando

aquela ação violenta contra um adversário, extrapolando as diferenças políticas.

"É preciso que compreendamos que as diferenças políticas são naturais. Vivemos em um regime democrático e é normal que as forças tenham esses embates, mas tem que ficar no campo da política. Em Monção extrapolou e foi desrespeitada a residência do cidadão Jesiel, onde ele reside com sua esposa, com sua filha e com os seus familiares. Foi um ato de selvageria e de covardia que tem que ser repudiado por todas as pessoas de bem", comentou Othelino Neto.

Logo após o pronunciamento de Othelino, o deputado Eduardo Braide (PMN) defendeu uma investigação policial para descobrir realmente o que é que está acontecendo em relação a essa situação em Monção. O parlamentar disse que conversou com o prefeito Queiroz e ouviu dele que nada teria a ver com as invasões.

"Portanto, eu acho que a forma realmente de descobrir o que está acontecendo, o que está causando essa insegurança a todos os monçonenses, é uma apuração rigorosa por parte

da polícia. Eu acho que esse é o nosso papel, enquanto parlamentar, que é o de assegurar a tranquilidade e a segurança de todos aqueles que habitam o município", disse Eduardo Braide.

Entenda o caso - A propriedade foi invadida, pela primeira vez, no dia três de agosto, por pessoas ligadas ao prefeito Queiroz, entre seguranças, servidores contratados e cargos comissionados do município, que entraram armados, derrubaram o muro e, de forma violenta, ocuparam o local e estimularam a ocupação, inclusive, da residência da vítima, onde mora com a esposa, com a filha e familiares.

A Polícia foi chamada para o local, mas o Cabo PM Matos, que estava representando o comando policial do Município, recusou-se a dar segurança, alegando que havia ordens superiores para não intervir ali. Com a celeuma, Jesiel ingressou, no dia sete de agosto, com Ação de Integração de Posse junto à Comarca de Monção para reaver a propriedade que foi invadida por pessoas ligadas ao prefeito "Queiroz".

A perseguição contra Jesiel se intensificou desde que a oposição, no município, passou a denunciar inúmeros desmandos administrativos como o caso da fraude no Bolsa Família, benefício que é ou foi recebido pelas filhas do prefeito Queiroz que também são ou foram nomeadas como cargos comissionados na Prefeitura. Além de tudo, uma das filhas ainda recebe o Seguro Defeso indevidamente.

ARARI

Juiz decreta remoção de presos e interdição de Delegacia



Decisão foi proferida pelo juiz Gladiston Cutrim.

Em decisão datada da última segunda-feira (26), o titular da Comarca de Arari, juiz Gladiston Luis Nascimento Cutrim, decretou a interdição do prédio da Delegacia de Polícia do município. Na decisão, o magistrado determina ainda que o Esta-

do providencie a remoção de todos os presos da unidade - os definitivos devem ser remanejados para Pedrinhas e os provisórios, de acordo com a disponibilidade do sistema prisional. Também devem ser iniciados, de imediato, os serviços

emergenciais de reparos na sede da Delegacia, reza a decisão. A multa diária para o não cumprimento da determinação é de R\$ 5.000 (cinco mil reais).

A decisão atende à Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer com pedido de liminar interposta pelo Ministério Público Estadual em desfavor do Estado do Maranhão. De acordo com a ação, quando de visita à Delegacia, a representante Ministerial constatou as precárias condições físicas e sanitárias, superlotação, falta de equipamentos de segurança, insalubridade, e falta de higiene no estabelecimento.

Ainda de acordo com o documento, além da saúde dos presos, as más condições físicas do DP comprometem também a saúde "dos profissionais que ali exercem suas atividades, tendo em vista um vazamento no esgoto da Delegacia, o que reforça a imediata remoção dos presos para os necessários ajustes".

Condições de dignidade - Em suas considerações, o juiz cita o disposto no art. 5º, inciso

XLIX da Constituição Federal, que "assegura aos presos o respeito à integridade física e moral, corolário da dignidade da pessoa humana, na qual deve ser garantido ao infrator o direito de ser posto num lugar salubre para o fiel cumprimento da pena".

Diz o magistrado: "considerando os valores preconizados pelo Estado Democrático de Direito, impõe-se à Administração Pública oferecer, ao menos, mínimas condições de dignidade aos presos, devendo ser observados o espaço entre eles, normas de higiene, salubridade, alimentação adequada; tudo isso como forma de garantir a saúde dos presos, sendo obrigação do Poder Público providenciar locais adequados para abrigá-los".

E conclui: "pelos atuais instalações da DEPOL, é impossível não verificar a falta de estrutura para receber e manter os presos que estão sob a custódia do Estado, mormente pelo ambiente carcerário insalubre, com superlotação, ofendendo-se, dessa forma, a saúde dos presos".

Tribunal de Justiça discute a aplicação de medidas socioeducativas com o CNJ

Encontro com membro do Conselho Nacional de Justiça Guilherme Calmon debateu políticas públicas voltadas para ressocialização de menores em conflito com a lei

A adoção de providências quanto à precariedade das unidades de atendimento socioeducativo para adolescentes no estado foi o principal assunto da reunião entre os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA); Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça; Froz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA, e o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Guilherme Calmon.

A inadequação das unidades às disposições legais contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase (Lei n. 12.594/12) foi discutida também no encontro, que contou com a participação dos juízes Douglas Melo Martins; Gervásio Santos, presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, e José Costa, juiz da 2ª Vara da Infância.

Calmon destacou a necessidade de integração entre os Poderes para solucionar os problemas relacionados à implantação das medidas socioeducativas no Estado. Segundo ele, é preciso que, além do Executivo, outras instituições comecem a caminhar com o Judiciário nessa tarefa.

“O objetivo do CNJ é estreitar os laços e estabelecer cada vez mais vínculos com o Judiciário maranhense, no sentido de apoiar a implementação de políticas públicas voltadas à resso-

“ Todas as recomendações do CNJ têm sido cumpridas rigorosamente no âmbito da Justiça estadual. Inclusive, estão inseridas no planejamento estratégico do TJMA”
Desembargador Antonio Guerreiro Júnior,
 presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

cialização dos menores em conflito com a lei”, ressaltou.

O desembargador Guerreiro Júnior, por sua vez, disse que o Judiciário do Maranhão desenvolve um trabalho alinhado com as diretrizes do CNJ, com ações e projetos contundentes, sendo o único do país a manter uma Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) com estrutura física e equipe especializada e atuante.

“Todas as recomendações do CNJ têm sido cumpridas rigorosamente no âmbito da Justiça estadual, inclusive estão inseridas no planejamento estratégico do TJMA”, destacou Guerreiro Júnior.

Projeto - Durante a reunião, o desembargador Froz Sobrinho informou que a UMF coordena o projeto *Adolescentes em situação de conflito com a lei* com o objetivo

de monitorar e fiscalizar menores nessa situação no estado. “A iniciativa conta com o apoio de psicólogos e assistentes sociais do TJMA”, acrescentou.

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, lembrou que a ressocialização de menores tem sido alvo de preocupação constante por parte dos magistrados. “Afim, o sistema está falido e precisamos modificar esse quadro urgentemente”, afirmou.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Gervásio dos Santos, essa realidade inviabiliza a realização das atividades sociopedagógicas, a separação por idade e compleição física, em grave violação dos direitos humanos dos adolescentes, prejudicando, sobretudo, o cumprimento de

uma política pública de atendimento socioeducativo.

Radiografia - Pesquisa elaborada pelo CNJ sobre a forma como vem sendo executada a medida socioeducativa de internação identificou o Maranhão com grandes vazios institucionais e a centralização das unidades em apenas três municípios, sendo duas de internação definitivas na região metropolitana (São Luís e São José de Ribamar) e uma em Imperatriz.

Ainda há os centros de semiliberdade (São Luís e Imperatriz) e os de internação provisória (São Luís e Imperatriz).

Atualmente, das unidades de internação no Estado, definitivas e provisórias, uma (definitiva) encontra-se interdita judicialmente; duas (provisórias), com registros indeferidos pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/MA) e apenas uma (feminina), ainda sem apreciação do registro pelo CEDCA/MA, enquanto as duas unidades de semiliberdade encontram-se com registro apenas provisório.

Segundo dados da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), até dezembro de 2012, 92 adolescentes permaneceram internados nas unidades. Aquelas que tiveram seus registros indeferidos pelo CEDCA/MA deverão logo ser interditas por se encontrarem, funcionando irregularmente e fora dos parâmetros do Sinase.



O presidente do TJMA, Guerreiro Júnior (c), debateu ontem ações com integrantes do Judiciário para atendimento socioeducativo a adolescentes

DNA

PASTOS BONS - A Comarca de Pastos Bons já colheu este ano 15 exames de DNA. As amostras para o exame foram colhidas na comarca e as análises foram feitas no Laboratório de Biologia Molecular do Judiciário maranhense, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os cidadãos entram com processos de investigação de paternidade e, quando a quantidade de processos atinge um número significativo, as amostras são colhidas por um servidor da comarca capacitado pelo Laboratório Forense de DNA.

Editorial

Barbárie incessante

Parece não ter limite a carnificina que vem ocorrendo no sistema carcerário do Maranhão. Este ano, 27 detentos já foram executados em unidades prisionais do estado, cinco só este mês. Os últimos dois casos, registrados na madrugada do último domingo e na noite de ontem, no Centro de Detenção Provisória e no Presídio São Luís, ambos em Pedrinhas, tiveram contornos ainda mais dramáticos, pois as vítimas foram executadas menos de 24 horas após dar entrada nos presídios.

Há muito tempo as unidades prisionais do Maranhão foram transformadas em verdadeiros barris de pólvora. Rebeliões e assassinatos de detentos tornaram-se comuns nos últimos anos. Alguns episódios tiveram repercussão nacional, tamanha a brutalidade perpetrada, a exemplo do motim ocorrido em novembro de 2010, que terminou com o saldo sangrento de 19 presos mortos, sendo três deles decapitados.

O pior é que até agora não apareceu um gestor capaz de pôr ordem no sistema. Nem mesmo o atual secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa, que, do alto da sua experiência, competência e disposição em reorganizar os presídios e promover a tão almejada ressocialização dos apenados, tem esbarrado em uma série de obstáculos. Os principais são a superlotação, a atuação de organizações criminosas dentro das cadeias e um suposto

complô para desestabilizar a gestão.

A superlotação é um problema cada vez mais grave e decorre do número insuficiente de presídios e da morosidade da Justiça. Amontoados nas celas, os presos

O envolvimento de quadrilhas de traficantes em assassinatos de presos é mais do que evidente

assumem comportamento selvagem, o que não raro resulta em assassinatos, praticados sempre com extrema crueldade. Os mais comuns são os enforcamentos, espancamentos

e mortes por chuçadas. É uma situação desumana, que, pelo menos neste momento, parece estar fora de controle.

O envolvimento de quadrilhas de traficantes em assassinatos de presos é mais do que evidente. Facções criminosas que disputam o domínio do comércio de drogas na capital e no interior vêm exercendo forte influência nas unidades prisionais. E são justamente os líderes desses bandos os mentores de boa parte dos atos de barbárie registrados no cárcere. Há quem denuncie que no interior dos presídios funcionam tribunais paralelos, que costumam decretar sentenças de morte em nome da hegemonia deste ou daquele grupo.

Quanto ao suposto complô para desestabilizar a administração prisional, seria uma trama com envolvimento de agentes penitenciários, monitores e outros servidores. É uma acusação grave, que deve ser investigada com todo rigor. Isso porque uma eventual participação de funcionários em atos ilegais dentro dos presídios maranhenses atestaria, definitivamente, a falência do sistema.

Verbas

OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS - O município de Olho d'Água das Cunhãs foi condenado em Ação Civil Pública a repassar mensalmente valores para manutenção e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa da Criança e Adolescente (CMDCA) e do Conselho Tutelar, sob pena de multa diária de R\$ 500,00. A decisão é da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado Maranhão (TJMA), que manteve sentença da juíza Edeuly Silva. O Ministério Público Estadual (MP) ajuizou ação contra o Município, pedindo o cumprimento da lei.

Quem esteve circulando por Imperatriz, na semana passada, foi o desembargador Antonio Bayma Araújo. Sempre bem recebido pelo amigo Antonio Leite de Andrade, médico e político. Ao aterrisar em Imperatriz foi visto circulando por uma das principais avenidas da cidade muito à vontade, vendo o desenvolvimento da Imperosa. Sempre que chega por aqui é recebido com festa pelos amigos aqui existentes. O motivo principal da viagem foi ver de perto o andamento das obras do novo Fórum Henrique de La Rocque.

1 Um tema recorrente, mas pouco visto pelo poder público – o atendimento socioeducativo à adolescentes no Maranhão – foi debatido ontem pela cúpula do Tribunal de Justiça. Os desembargadores Guerreiro Júnior (presidente do TJ), Cleones Cunha (corregedor), Froz Sobrinho e o conselheiro do CNJ, Guilherme Calmon, reconheceram a precariedade das unidades que prestam tais serviços.

2 As unidades enfrentam sérios problemas estruturais para o atendimento aos adolescentes. Estão inadequadas às disposições legais contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Portanto, medidas terão que ser tomadas. Os juízes Douglas Melo Martins, Gervásio Santos, presidente da Associação dos Magistrados, e José Costa, juiz da 2ª Vara da Infância, participaram da discussão, em busca de solução.

Presos provisório

Mutirão Carcerário quer diminuir número de presos

O sistema carcerário do Maranhão tem apenas 2.219 vagas para um total de 5.417 detentos, dos quais 2.336, ou 43%, são provisórios (ainda não julgados), segundo o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), atualizado em dezembro de 2012. A falta de vagas e o alto índice de presos provisórios estão entre as principais preocupações do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), que desde 12 de agosto executa o Mutirão Carcerário de 2013, com término previsto para 12 de setembro. **Página 8**

Presos provisórios

Mutirão Carcerário quer diminuir número de presos

O sistema carcerário do Maranhão tem apenas 2.219 vagas para um total de 5.417 detentos, dos quais 2.336, ou 43%, são provisórios (ainda não julgados), segundo o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), atualizado em dezembro de 2012.

A falta de vagas e o alto índice de presos provisórios estão entre as principais preocupações do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), que desde 12 de agosto executa o Mutirão Carcerário de 2013, com término previsto para 12 de setembro.

Os trabalhos são executados em cumprimento à Resolução n. 96/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou a instalação, pelos tribunais de Justiça, de grupos de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário (GMFs), cujas atribuições incluem o planejamento e a coordenação dos mutirões.



O alto índice de presos provisórios está entre as principais preocupações do TJMA

Participam do mutirão do TJMA magistrados, servidores, defensores públicos e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros profissionais.

As ações envolvem inspeções nos 24 estabelecimentos penais do estado, com avaliação das condições de encarceramento, e o reexame dos processos relativos à população carcerária.

No caso dos presos provisórios, os juízes vão decidir sobre a manutenção ou não da prisão. Já em relação aos condenados, o mutirão pretende analisar todas as questões processuais pendentes e conceder benefícios aos detentos que tenham direito a eles.

A coordenação do mutirão está a cargo da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento

e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJMA.

Segundo Ariston Apolinário, assessor da unidade, o TJMA está propondo à Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária do Maranhão (Sejap) a abertura de novas vagas no sistema carcerário.

"A Secretaria se comprometeu a construir 10 novas unidades prisionais, que representarão mais 800 vagas no sistema", afirmou Ariston.

O TJMA está entre os tribunais que, em fevereiro deste ano, durante videoconferência com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), do CNJ, foram orientados sobre a preparação e realização dos mutirões carcerários.

Cabe ao DMF a análise, a compilação e a publicação dos relatórios enviados pelos tribunais com os resultados dos respectivos mutirões.

Política

O sistema carcerário está falido, lamenta Eliziane Gama

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias (CDHM), deputada Eliziane Gama (PPS) destacou na manhã desta terça-feira (27) durante pronunciamento os diversos problemas estruturais e de ressocialização no Sistema Carcerário Maranhense e nas Unidades de Aplicação das Medidas Socioeducativas no estado. **Página 3**

No Maranhão

O sistema carcerário está falido, lamenta Eliziane Gama

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias (CDHM), deputada Eliziane Gama (PPS) destacou na manhã desta terça-feira (27) durante pronunciamento os diversos problemas estruturais e de ressocialização no Sistema Carcerário Maranhense e nas Unidades de Aplicação das Medidas Socioeducativas no estado.

Na tribuna a deputada informou que a CDHM realizará na tarde desta quarta-feira uma audiência pública solicitada pelo deputado Bira do Pindaré (PT) para discutir sistema prisional maranhense.

“Hoje realizaremos audiência pública nesta Casa, solicitada pelo deputado Bira do Pindaré e que debaterá o sistema prisional no Maranhão. O sistema carcerário está falido no Maranhão e no Brasil! Não temos nenhuma estrutura de atendimento



Deputada Eliziane Gama (PPS)

dentro dos princípios da privação de liberdade, que é a ressocialização seja do adolescente ou do adulto”, destacou Eliziane Gama.

A parlamentar também registrou a agenda dos representantes do Conselho Nacional de Justiça no Maranhão no Maranhão, e esclareceu que o principal motivo

da vinda dos representantes do CNJ ao estado são os problemas estruturais do Sistema Carcerário maranhense, e também das unidades de internação de adolescentes infratores.

“Quero destacar sobre a vinda do Conselho Nacional de Justiça ao Maranhão, que tem agenda especial hoje

para debater a problemática da inexistência de estrutura para a aplicação da medida socioeducativa, especialmente em relação ao adolescente que comete ato infracional no estado”, enfatizou.

Para Eliziane Gama o maior problema é a dificuldade de ressocialização de detentos que são devolvidos a sociedade. “O Maranhão retém quase seis mil internos no sistema prisional, e infelizmente as delegacias hoje estão cheias. A Penitenciária de Pedrinhas está superlotada e, em vez de devolvermos para a sociedade quem comete um crime ou homicídio ressocializado para o convívio normal, às vezes temos quem entra com o crime de menor potencial ofensivo e sai cometendo barbaridades, exatamente pela ineficiência de um programa de ressocialização a altura”, esclareceu Eliziane.

CNJ participa de reunião sobre medidas socioeducativas no MA

Termo de Compromisso sobre o tema proposto pelo CNJ, assinado pelo Poder Judiciário, foi protocolado no governo do Estado, que não deu retorno sobre o documento

No fim da manhã de ontem (27), foi realizada, na Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, uma reunião com diversos representantes de instituições envolvidas na questão das medidas socioeducativas para crianças e adolescentes em conflito com a lei. O encontro foi convocado pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da CGJ-MA.

Com cerca de duas horas e meia de duração, a reunião, no gabinete do corregedor-geral Cleones Cunha, foi uma oportunidade para representantes do Poder Judiciário, Poder Executivo e outros atores que estão envolvidos na questão apresentarem os problemas e o andamento de ações voltadas para melhoria do sistema de atendimento às crianças e adolescentes em conflito com a lei.

"Havendo boa vontade, como o Poder Judiciário já demonstrou que tem, com boa vontade do Poder Executivo, do Ministério Público, da Defensoria Pública e outras organizações diretamente envolvidas, nós temos sim condições de construir um modelo muito melhor do que temos evidenciado agora", destacou o conselheiro do CNJ, Guilherme Calmon Nogueira da Gama, no início da reunião. Com ele, representando o CNJ, vieram os juízes auxiliares da Presidência do CNJ Marina Gurgel da Costa, Márcio da Silva Alexandre e Douglas de Melo Martins (que é juiz auxiliar de São Luís à disposição do CNJ).

Com falas dos participantes da reunião, o CNJ e a CGJ-MA constataram que os avanços em relação à rede de atendimento às crianças e adolescentes do Maranhão em conflito com a lei estão andando lentamente.

Ainda em 2012, após reuniões mediadas pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, com juízes auxiliares do CNJ à época - Luciano Losekann, Cristiana Cordeiro e Joelci Diniz, e o Poder Executivo, representado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Secretaria de Segurança Pública, foi elaborado um Termo de Compromisso, por sugestão do CNJ, para implantação de medidas na área do sistema prisional e área da infância e juventude. O documento foi protocolado no governo do Estado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em parceria com o Ministério Público e Defensoria Pública, mas nunca houve resposta do Poder Executivo, como confirmaram os juízes auxiliares do CNJ.

Ações - Reformas de unidades de internação, construção de unidades de internação e semiliberdade, regionalização das unidades, concurso para profissionais atuarem nessas unidades, assistência educacional, médica e odontológica foram alguns dos pontos presentes no Termo de Compromisso e que foram novamente tratados na reunião.

A secretária de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luiza Oliveira, juntamente com Anailde Everton Serra, presidente da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), apresentaram um panorama sobre a atual situação das unidades e ações voltadas para as crianças e adolescentes em conflito com a lei.

De acordo com Luiza Oliveira, diversos foram os entraves que não permitiram com que as unidades fossem reformadas e as novas unidades construídas. "Dependemos de outras pastas do governo, que têm que estar envolvidas na articulação, diante dos valores, bem como da parte de engenharia e projetos. Tivemos problemas sérios com profissionais que estavam trabalhando com a gente na execução dos projetos básicos, que estão sendo corrigidos; precisamos fazer as licitações com os projetos corretos. Isso tudo frente a um volume de trabalho muito grande, de 21 anos de demanda reprimida", comentou a secretária.

Segundo os dados apresentados, também pela presidente da Funac, são sete unidades de execução de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade no Maranhão: quatro em São Luís - Centro da Juventude Alto da Esperança, Centro Juventude Florescer, Centro da Juventude Canaã e Centro da Juventude Nova Jerusalém -, um em São José de Ribamar - Centro da Juventude Esperança (interditada e desativada) - e duas em Imperatriz (Centro da Juventude Semeiar e Centro da Juventude Cidadã). "Ao longo dos anos nunca houve manutenção das unidades e por isso elas se encontram no estado precário", declarou Luiza Oliveira.

"Nenhuma das unidades, de fato, possui a estrutura adequada como orienta a legislação atual", confirmou Anailde Everton Serra. Segundo ela, já está publicada a data de licitação para as reformas de ampliação e adequação das unidades Centro de Juventude Florescer (feminina) e Centro de Juventude Canaã, que ocorrerá nos dias 16 e 17 de setembro. Até 30 de setembro, de acordo com a presidente da Funac, estão sendo

finalizados os ajustes nos projetos de construção de uma nova unidade de cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade em Imperatriz, cujo valor de R\$ 2 milhões já está disponível, mas cujo custo total deve chegar a R\$ 10 milhões.

Contraponto - Também presente na reunião, a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maria Ribeiro, ressaltou que o próprio conselho enviou ofício ao CNJ solicitando uma reunião no Maranhão. "Se fosse prioridade a questão da criança e do adolescente, eles não precisavam estar na situação em que se encontram hoje. Se uma resolução do Conselho Estadual fosse cumprida, talvez estivéssemos aqui numa discussão bem mais avançada", declarou.

A Resolução nº 05/1998 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente já previa diretrizes do atendimento socioeducativo no Maranhão, com posturas avançadas e instalação do próprio Centro de Juventude Esperança, que à época era modelo para todo o país.

"A proposta era a regionalização das medidas privativas de liberdade, com oito polos, que talvez hoje já tivesse sido reformulado. A época estávamos numa situação desesperadora como nos encontramos hoje. E infelizmente a resolução nunca saiu do papel desde 1998 [...] O atendimento continua sendo precário. Já presenciei internos no CJE em dia de chuva em pé acima de tijolos porque a cela estava cheia d'água. E em Timon, me recordei de uma cena de uma mãe que, ao recobrar o seu filho no caixão, disse que o juiz tinha enganado ela, ao dizer que o garoto seria ressocializado", lamentou Maria Ribeiro.

Das sete unidades existentes, o conselho indeferiu o funcionamento do Centro da Juventude Alto da Esperança, em São Luís, e do Centro da Juventude Semeiar, em Imperatriz. "Nós deveríamos ser ouvidos sempre, mas não é isso que está acontecendo. E estamos nessa trincheira do atendimento à criança e ao adolescente, em todos os níveis", completou.

Omissão - Para os promotores Márcio Thadeu Marques e Fernanda Ferreira, ambos da área de Infância e Juventude, há omissão e irresponsabilidade do Poder Executivo em relação às medidas socioeducativas.

"Nós temos decisões importantes da Justiça do Maranhão em relação a essas unidades. Mas me

parece que a grande força do CNJ aqui no Maranhão é reforçar, junto com o Tribunal de Justiça e a Corregedoria, a autoridade dos juízes, porque o Sistema de Justiça Juvenil tem atuado com docisão, com determinação, a tempo e tem sido solenemente ignorado pelo Executivo, com ressalva ao compromisso sério da pasta de Direitos Humanos e da Funac", declarou o promotor Márcio Thadeu, reforçando o seu posicionamento enumerando a falta, no estado do Maranhão, de um sistema de atendimento à saúde, principalmente à saúde mental para crianças e adolescentes; não há garantia de escolarização entre outros.



REUNIAO DISCUTIU situação das unidades de internação de adolescentes no Maranhão

Medidas socioeducativas discutidas também no TJ

DIVULGAÇÃO

A adoção de providências quanto à precariedade das unidades de atendimento socioeducativo para adolescentes no Estado foi o principal assunto da reunião entre os desembargadores Antônio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, Froz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJ-MA, e o conselheiro do CNJ, Guilherme Calmon.

A inadequação das unidades às disposições legais contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinae (Lei n. 12.594/12) foi discutida também no encontro, que contou com a participação dos juízes Douglas Melo Martins, Gervásio Santos, presidente da Associação dos Magistrados, e José Costa, juiz da 2ª Vara da Infância.

Calmon destacou a necessidade de integração entre os Poderes para solucionar os problemas relacionados à implantação das medidas socioeducativas no Estado. Segundo ele, é preciso que, além do Executivo, outras instituições comecem a caminhar com o Judiciário nessa tarefa.

“O objetivo do CNJ é estreitar



A PRECARIEDADE das unidades de atendimento socioeducativo foi discutida na reunião

os laços e estabelecer cada vez mais vínculos com o Judiciário maranhense, no sentido de apoiar a implementação de políticas públicas voltadas à ressocialização dos menores em conflito com a lei”, ressaltou.

O desembargador Guerreiro Júnior, por sua vez, disse que o Judiciário do Maranhão desenvolve um trabalho alinhado com as diretrizes do CNJ, com ações e projetos contundentes, sendo o único do país a manter uma Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) com estrutura física e equipe especializada e atuante.

“Todas as recomendações do CNJ têm sido cumpridas rigorosamente no âmbito da Justiça estadual, inclusive estão inseridas no planejamento estratégico do TJ-MA”, destacou Guerreiro Júnior.

Durante a reunião, o desembargador Froz Sobrinho informou que a UMF coordena o projeto “Adolescentes em situação de conflito com a lei” com o objetivo de monitorar e fiscalizar menores nessa situação no Estado. “A iniciativa conta com o apoio de psicólogos e assistentes sociais do TJ-MA”, acrescentou.

Família de criança atacada por búfalos receberá indenização

A Justiça manteve decisão que condenou um criador de búfalos a pagar indenização de R\$ 5 mil – por danos morais – à família de uma criança de 9 anos pisoteada pelos animais no município de Matinha, na baixada oriental maranhense.

PÁGINA 2 [C1]

Família de criança atacada por búfalos receberá indenização

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) manteve decisão da Justiça de 1º Grau que condenou um criador de búfalos a pagar indenização de R\$ 5 mil – por danos morais – à família de uma criança de 9 anos pisoteada pelos animais no município de Matinha, na baixada oriental maranhense.

Ao se dirigir à escola, em agosto de 2011, a menina foi surpreendida por nove bubalinos que passavam pela rua, sem acompanhamento de vaqueiro ou outro responsável.

Dois búfalos atacaram a criança, que recebeu várias chifradas, ficando com graves lesões pelo corpo. O fato foi presenciado por populares que transitavam no local, e o criador foi reconhecido pela identificação de ferro nos animais.

A menina foi encaminhada ao hospital da cidade para atendimento médico, onde recebeu os primeiros socorros, sendo depois transferida para tratamento especializado. Devido às lesões, ela deixou de frequentar a escola, ficando prejudicada no processo de ensino-aprendizagem.

Em sua defesa, o dono dos animais alegou que após o fato enviou representante à casa da vítima, oferecendo apoio e se dispondo a atender às suas necessidades médicas – compra de remédios e serviços clínicos.

Ao analisar os autos, o desembargador Jamil Gedeon (relator) destacou o artigo 936 do Código Civil, onde está previsto que “cabe ao dono ou detentor do animal ressarcir o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior”.

Quanto à indenização de R\$ 5 mil por danos morais, Gedeon entendeu como razoável o valor arbitrado pelo juiz da comarca de Matinha, Duarte Henrique Ribeiro Souza. Já em relação ao dano material, ele frisou que este não foi demonstrado pela vítima.

O voto do relator foi acompanhado pelos desembargadores Vicente de Paula e Lourival, membros da câmara.

ARARI

Juiz decreta remoção de presos e interdição da Delegacia de Polícia

DIVULGAÇÃO

Em decisão datada de segunda-feira (26), o titular da Comarca de Arari, juiz Gladiston Luís Nascimento Cutrim, decretou a interdição do prédio da Delegacia de Polícia do município. Na decisão, o magistrado determina ainda que o Estado providencie a remoção de todos os presos da unidade – os definitivos devem ser remanejados para Pedrinhas e os provisórios, de acordo com a disponibilidade do sistema prisional. Também devem ser iniciados, de imediato, os serviços emergenciais de reparos na sede da Delegacia, reza a decisão. A multa diária para o não cumprimento da determinação é de R\$ 5 mil.

A decisão atende à Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer com pedido de liminar interposta pelo Ministério Público Estadual em desfavor do Estado do Maranhão. De acordo com



JUIZ GLADISTON Cutrim exige serviços emergenciais de reparos na delegacia

a ação, em visita à delegacia, a representante Ministerial cons-

tatou as precárias condições físicas e sanitárias, superlotação, falta de equipamentos de segurança, insalubridade, e falta de higiene no estabelecimento.

Ainda de acordo com o documento, além da saúde dos presos, as más condições físicas do DP comprometem também a saúde “dos profissionais que ali exercem suas atividades, tendo em vista um vazamento no esgoto da delegacia, o que reforça a imediata remoção dos presos para os necessários ajustes”.

Condições de dignidade – Em suas considerações, o juiz cita o disposto no art. 5º, inciso XLIX da Constituição Federal, que “assegura aos presos o respeito à integridade física e moral, corolário da dignidade da pessoa humana, na qual deve ser garantido ao infrator o direito de ser posto num lugar salubre para o fiel cumprimen-

to da pena”.

Diz o magistrado: “Considerando os valores preconizados pelo Estado Democrático de Direito, impõe-se à Administração Pública oferecer, ao menos, mínimas condições de dignidade aos presos, devendo ser observados o espaço entre eles, normas de higiene, salubridade, alimentação adequada; tudo isso como forma de garantir a saúde dos presos, sendo obrigação do Poder Público providenciar locais adequados para abrigá-los”.

É conclui: “Pelas atuais instalações da DEPOL, é impossível não verificar a falta de estrutura para receber e manter os presos que estão sob a custódia do Estado, mormente pelo ambiente carcerário insalubre, com superlotação, ofendendo-se, dessa forma, a saúde dos presos”.

Auditoria Militar do Maranhão possui 299 processos em tramitação

A Auditoria Militar do Estado do Maranhão conta com um acervo de 299 processos em tramitação. São ações penais e cíveis de competência da Justiça Militar, sendo 194 penais relativas a delitos praticados por policiais e bombeiros, cujas condutas estão previstas no Código Penal Militar.

A competência da Justiça Militar abrange também o processo e julgamento dos crimes contra a vida, praticados entre militares, bem como o delito de lesão corporal praticado por militar contra civil.

A juíza titular da Auditoria Militar, Rosária de Fátima Almeida Duarte, ressalta que nos crimes de competência do Tribunal do Júri, no âmbito da Justiça Militar, o Conselho de Sentença é formado, exclusivamente, por oficiais da corporação. Já no crime de lesão corporal, o julgamento é proferido unicamente pelo magistrado, sem participação do Conselho de Sentença.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 24/2004, os crimes contra a vida praticados por policiais militares contra civil passaram a ser julgados pela justiça comum.

Ainda, segundo a magistrada Rosária de Fátima Almeida Duarte, existem dois conselhos de julgamento que exercem suas funções na Auditoria Militar: o Conselho Especial, com competência para julgar oficiais militares, e o Conselho Permanente, para julgamento dos praças.

A composição do Conselho



JUÍZA ROSÁRIA de Fátima Almeida Duarte, titular da Auditoria Militar

Permanente é renovada a cada três meses, via sorteio, entre os oficiais da Polícia Militar. No Conselho Especial, cada composição é nomeada para atuar em um processo específico, que será instruído e julgado pelo mesmo Conselho, sempre com patente superior à do acusado.

Criada em 1944, a Auditoria da Justiça Militar do Estado do Maranhão conta atualmente com uma equipe formada por 22 servidores, entre os quais policiais militares que prestam serviços administrativos na respectiva unidade.

A juíza Rosária de Fátima Almeida foi titularizada na unidade

de jurisdicional em 22 de junho de 2012, ainda na antiga sede, na Rua do Egito, onde encontrou um acervo de 658 processos.

Em fevereiro deste ano, a Auditoria Militar passou a funcionar no 5º andar do Fórum Des. Sarney Costa, Calhau. A magistrada destaca que a mudança trouxe melhorias às acomodações físicas, visto que o espaço atual é mais amplo e mais bem estruturado que o anterior. Rosária de Fátima Almeida destacou que busca, junto ao Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, a informatização da unidade, o que vai contribuir para a celeridade dos processos.

TJ realiza mutirão para reduzir número de presos provisórios

O sistema carcerário do Maranhão tem apenas 2.219 vagas para um total de 5.417 detentos, dos quais 2.336, ou 43%, são provisórios (ainda não julgados), segundo o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), atualizado em dezembro de 2012.

A falta de vagas e o alto índice de presos provisórios estão entre as principais preocupações do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA), que desde 12 de agosto executa o Mutirão Carcerário de 2013, com término previsto para 12 de setembro.

Os trabalhos são executados em cumprimento à Resolução n. 96/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que

determinou a instalação, pelos tribunais de Justiça, de grupos de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário (GMFs), cujas atribuições incluem o planejamento e a coordenação dos mutirões.

Participam do mutirão do TJ-MA magistrados, servidores, defensores públicos e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros profissionais.

As ações envolvem inspeções nos 24 estabelecimentos penais do estado, com avaliação das condições de encarceramento, e o reexame dos processos relativos à população carcerária.

No caso dos presos provisórios, os juízes vão decidir

sobre a manutenção ou não da prisão. Já em relação aos condenados, o mutirão pretende analisar todas as questões processuais pendentes e conceder benefícios aos detentos que tenham direito a eles.

A coordenação do mutirão está a cargo da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJ-MA.

Segundo Ariston Apoliano, assessor da unidade, o TJ-MA está propondo à Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária do Maranhão (Sejap) a abertura de novas vagas no sistema carcerário.

"A Secretaria se compro-

meteu a construir 10 novas unidades prisionais, que representarão mais 800 vagas no sistema", afirmou Ariston.

O TJ-MA está entre os tribunais que, em fevereiro deste ano, durante videoconferência com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), do CNJ, foram orientados sobre a preparação e realização dos mutirões carcerários.

Cabe ao DMF a análise, a compilação e a publicação dos relatórios enviados pelos tribunais com os resultados dos respectivos mutirões.



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

EDT-CDR - 32013
Código de validação: BBCFC119A3

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Intimamos JARDELMA COSTA FERREIRA SOUSA, portadora do CPF Nº 718.090.313-20 e RG. Nº 2822592-9, atualmente em lugar incerto e não sabido, em atenção ao despacho da Diretoria Geral da Secretaria constante do Processo nº 7720/2010-TJ para, **no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias**, a contar da ciência deste comunicado, proceder à restituição ao erário do valor de R\$ 1.541,10 (um mil, quinhentos e quarenta e um reais e dez centavos), percebidos em razão de sua exoneração do cargo de Assessora de Juiz, ou apresentar os motivos de sua recusa, junto à Diretoria de RH ou ao Protocolo Administrativo deste Tribunal, exercendo, assim, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Coordenadoria de Direitos e Registros, em 02.05.2013.

MARIA NELMA PIRES BATISTA
Coordenadora de Direitos e Registros. em Exercício
Coordenadoria de Direitos e Registros
Matricula 14159

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 02/05/2013 14:15 (MARIA NELMA PIRES BATISTA)



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

EDT-CDR - 52013

Código de validação: DA4D8814D0

Intimamos VANESKA MOREIRA DE CASTRO, portadora do CPF Nº 856.490.313-04 e RG. Nº 89674198-2, atualmente em lugar incerto e não sabido, em atenção ao Despacho da Diretoria Geral da Secretaria constante do Processo nº 40955/2010-TJ para, **no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias**, a contar da ciência deste comunicado, proceder à restituição ao erário do valor de R\$ 7.662,75 (sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos), percebidos concomitante ao benefício do INSS, quando encontrava-se de licença para tratamento de saúde, junto à Diretoria de RH ou ao Protocolo Administrativo deste Tribunal, exercendo, assim, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Coordenadoria de Direitos e Registros, em 22.05.2013.

JULIO CESAR SILVA COSTA
Coordenador de Direitos e Registros. em Exercício
Coordenadoria de Direitos e Registros
Matrícula 119438

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 22/05/2013 15:26 (JULIO CESAR SILVA COSTA)